

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções

Isabel Maria Esteves Filipe

isabel.madalena@gmail.com

Câmara Municipal de Mafra, Departamento Sociocultural

Maria Teresa Peral Ribeiro

teresaperalribeiro@gmail.com

Instituto Superior de Ciências Educativas de Odivelas, Departamento Social e Cultural

Latitudes - Cooperativa de Apoio Psicológico e Psicopedagógico

Palavras-chave:

Animador Sociocultural; Animação Sociocultural; Cidadania Europeia; União Europeia.

Keywords:

Sociocultural Animator, Animation Sociocultural; European Citizenship; European Union.

Resumo

Numa tentativa de valorização da profissão de Animador Sociocultural, como agente de mudança, apresenta-se este contributo que acreditamos cooperar para a reflexão dos desafios europeus desta nobre profissão.

No enquadramento temático apresenta-se, em breves linhas históricas, a União Europeia que desde que foi criada em 1950 sofreu algumas alterações e hoje apresenta-se com 27 estados-membros. A sua evolução é marcada pela assinatura de vários tratados tomando por base o estado de direito em que assentam os seus princípios. De realçar o Tratado de Lisboa, o mais recente que depois da entrada em vigor em 2009 veio contribuir em muito para a mudança do seu funcionamento.

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

Copyleft: Isabel Maria Esteves Filipe; Maria Teresa Peral Ribeiro

Quanto ao seu funcionamento, a União Europeia dispõe de um sistema de tomada de decisões alteradas ao longo dos seus 60 anos de existência, que através de políticas vinculadas aos tratados, diretivas e recomendações têm tido impacto na vida de todos os cidadãos europeus, com base nas diferentes instituições que a compõem, nomeadamente: Conselho Europeu, Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Comité Económico e Social Europeu, Tribunal de Justiça, Banco Central Europeu, Tribunal de Contas, Comité das Regiões e o Banco Europeu de Investimento.

Ao longo do tempo algumas diretrizes estratégicas foram dadas no sentido da criação de uma Europa para todos, mais justa e igualitária. Neste seguimento surgem alguns dos programas de ação a intervir nos domínios da educação, da formação profissional e do ensino superior, tais como: Comenius, Erasmus, Leonardo Da Vinci e Grundtvig. Outras surgem como orientações para as políticas de emprego dos estados membros.

Enquanto cidadão europeu, com direitos e deveres, o Animador Sociocultural deverá estar consciente e informado da existência de programas de apoio que promovam uma cidadania europeia e que o auxiliem a melhorar as suas competências no âmbito do trabalho social que o caracteriza.

Como desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu, avizinham-se novas relações internacionais, o conhecimento de si e de todos os que o rodeiam, promovendo o conhecimento e integração. No século XXI e numa era de globalização as experiências em territórios não nacionais permitem ao animador alargar os conhecimentos e partilhar diferentes visões e modos de atuação em realidades também ela, por vezes, distanciadas do seu meio.

Importante considerar que não existem apenas vantagens nos desafios à profissão de Animador Sociocultural em contexto europeu e que deveremos ter um sentido mais “apurado”, mais crítico da má utilização das políticas sociais europeias e, sobretudo, da má utilização abusiva das iniciativas por parte dos que acolhem os profissionais com formação.

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

Copyleft: Isabel Maria Esteves Filipe; Maria Teresa Peral Ribeiro

ABSTRACT:

In an attempt to value the profession of Sociocultural Animator, as a change agent, this contribution presents what we believe to cooperate reflection of European challenges of this noble profession.

At the thematic framework is presented in brief historical lines, the European Union since its inception in 1950 has undergone some changes and today presents itself with 27 member states. Its evolution is marked by the signing of several treaties building on the state law on which its principles. Underpinned by the Lisbon Treaty, the latest that after the entry into force in 2009 has contributed greatly to the change of its operation.

Breves linhas históricas sobre a União Europeia

“[...] não podemos separar as nossas ações locais de contextos sociais mais amplos que se estendem pelo mundo [...]”
(Giddens,p.51, 2002)

Em termos históricos a União Europeia surge após a 2.^a Guerra Mundial e com o objetivo de terminar com as guerras entre países vizinhos.

Em 1950 é criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço que une os países europeus do ponto de vista económico e político com vista a assegurar uma paz que perdurasse. Os países que fundaram a UE foram a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos (União Europeia, s.d.).

Desde que foi criada em 1950 a UE construiu um mercado único de bens e serviços que se encontram acessíveis a milhões de cidadãos. Estes podem circular livremente por todo o espaço europeu, bem como, se fixarem onde desejarem.

A criação da moeda única - EURO (€) - veio tornar o mercado único bastante eficiente constituindo-se esta moeda uma das principais a nível mundial.

A UE conta, atualmente, com 27 Estados-Membros (EM) e o seu carácter singular resulta do facto destes países congregarem parte da sua "soberania" para beneficiar da

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

dimensão desta e se tornarem países mais fortes.

Congregação de soberania significa, em termos práticos, que os EM delegam nas instituições comuns que criaram, alguns poderes de decisão. As decisões tomadas na UE referem-se a assuntos de interesse comum e prevê-se que sejam tomadas, democraticamente, a nível europeu. A UE tem contribuído para o desenvolvimento do resto do mundo através da criação de programas de ajuda comunitária e continua a empenhar-se na libertação da Europa de um contexto de crise.

A evolução da UE é marcada pela assinatura de vários tratados tomando por base o Estado de direito em que assentam os seus princípios. Estes tratados vinculam as medidas tomadas pela UE e são aprovados em regime democrático e voluntário, por todos os EM. Os tratados da UE estabelecem os objetivos, regras de funcionamento das suas instituições, processos de tomada de decisão e a relação entre a União e os EM. De forma pontual, os tratados foram alterados em virtude da introdução de reformas nas instituições europeias, dos quais se destacam o Tratado de Paris (CECA); o Tratado de Roma (CEE e Euratom); o Tratado da União Europeia (Maastricht) e o Tratado de Lisboa. Estes tratados permitem que as instituições europeias sigam a legislação definida e que, em seguida, seja aplicada pelos países da UE.

De realçar que o Tratado de Lisboa foi o mais recente tratado da UE, assinado em 2007 e com entrada em vigor em 2009. Este teve como objetivos "tornar a UE mais democrática e eficaz e mais apta a resolver problemas a nível mundial, como as alterações climáticas, permitindo-lhe falar a uma só voz" (Tratados da União Europeia, s.d.) e contribuindo para a mudança de funcionamento da mesma.

A partir de 2010 instala-se uma grave crise económica na UE, contudo, surge também a oportunidade da Europa investir em tecnologias "verdes" ou "amigas do ambiente" e de estreitar a cooperação entre EM que possibilite o crescimento e o bem-estar de todos os cidadãos europeus.

Segundo a Comissão Europeia (2013, p.4) a União Europeia no século XXI tem por missão:

- . “manter e consolidar a paz estabelecida entre os Estados-Membros;
- . aproximar os países europeus através da cooperação operacional;
- . garantir que os cidadãos europeus vivem em segurança;

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

- . promover a solidariedade económica e social;
- . preservar a identidade e diversidade europeias num mundo globalizado;
- . fomentar os valores que os europeus partilham.”

A propósito da missão da UE e do contexto do mundo globalizado em que vivemos Giddens (2002) considera que é através das redes internacionais que muitos aspetos da economia global se fazem sentir, não se limitando às fronteiras de um país.

União Europeia e o seu funcionamento

A União Europeia dispõe de um sistema de tomada de decisões que tem sofrido alterações ao longo de cerca de 60 anos. A legislação e as políticas vinculadas através dos tratados, diretivas e recomendações têm impacto na vida de todos os cidadãos europeus e são instituídas pelas diferentes instituições que a compõem.

Para uma melhor compreensão passamos a apresentar algumas das instituições basilares da UE:

Conselho Europeu - composta pelos chefes de Estado e de Governo (presidentes e/ou primeiros-ministros) dos vários países membros e pelo presidente da Comissão Europeia. O Conselho Europeu estabelece os objetivos da UE e estrutura a forma de os atingir. É, também, quem impulsiona as iniciativas políticas da UE e quem debate os problemas da atualidade internacional.

Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros) - composto pelos ministros dos governos nacionais da UE e tem como principais funções - partilhadas com o Parlamento Europeu – aprovar legislação e adotar o orçamento para a UE.

Parlamento Europeu (representa os cidadãos) - órgão eleito que representa os cidadãos da União. Em conjunto com o Conselho fiscaliza as atividades europeias e participa no processo legislativo. É no Parlamento Europeu que a voz do cidadão se faz ouvir. Os principais debates são realizados nas sessões plenárias, em Estrasburgo.

Comissão Europeia (órgão independente dos governos dos EM que representa o interesse coletivo dos europeus) - é o órgão executivo da UE e pode elaborar

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

propostas de legislação que são colocadas à consideração do Conselho e do Parlamento. A Comissão tem como missão defender o interesse comum dos EM e não de um em particular, bem como, assegura que os regulamentos e diretivas assumidos pelo Parlamento e Conselho sejam aplicados.

Comité Económico e Social Europeu - os membros deste comité representam vários grupos de interesse económico e social que compõem a «sociedade civil organizada» e ao qual o Conselho e a Comissão recorrem quando têm que obter aconselhamento e tomar decisões em determinados domínios políticos.

Existem ainda outras instituições e órgãos sobre os quais não nos iremos deter, contudo, fazemos-lhes referência como o Tribunal de Justiça, Banco Central Europeu, Tribunal de Contas, Comité das regiões, e o Banco Europeu de Investimento.

O que faz então a UE? A UE atua em diversos domínios políticos, nomeadamente, ao nível das políticas de inovação (introdução de tecnologias mais avançadas) e nas políticas de solidariedade (políticas de coesão) com o objetivo de tornar favoráveis as suas ações para os Estados-Membros. Para essas políticas, a UE dispõe de um orçamento anual.

Apresentadas, em linhas gerais, algumas das principais instituições europeias e o funcionamento da própria UE importa mencionar que no ano 2000 foi determinada a Estratégia de Lisboa no Conselho Europeu de Lisboa. Esta estratégia teve como objetivo a atingir até 2010: tornar a Europa "no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social" (Conselho Europeu de Lisboa, [CEL], 2000). Algumas das diretrizes dessa Estratégia foram: criação de uma sociedade de informação para todos; criação de um Espaço Europeu de Investigação e de Inovação; criação de um ambiente favorável ao lançamento e ao desenvolvimento de empresas inovadoras, especialmente de PME; educação e formação para a vida e o trabalho na sociedade do conhecimento; mais e melhores empregos para a Europa: desenvolvimento de uma política de emprego ativa; promover a inclusão social, entre outras...

Em 2005, no Conselho Europeu da Primavera de 2005, a UE relançou a Estratégia de Lisboa mas desta vez focando-se essencialmente "nos objectivos do Crescimento e do

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

Emprego, procurando promover a competitividade, a coesão e o desenvolvimento sustentável, através da solidez das contas públicas, da qualificação e da inovação" (Direção Geral do Ensino Superior [DGES], para2, 2008). Estas novas diretrizes ficaram expressas no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego - 2005/2008 (PNACE).

O percurso desenhado pela Estratégia de Lisboa termina em 2010 e, após um balanço da mesma, em 3 Março é lançada a Estratégia Europa 2020 (na Comunicação da Comissão Europeia) com o intuito de favorecer um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A nova Estratégia, na apresentação das suas 7 "iniciativas emblemáticas" veio a focar-se no crescimento e na criação de mais emprego:

"Agenda para novas qualificações e novos empregos para modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra, nomeadamente através de uma maior mobilidade dos trabalhadores." (Estratégia Europa 2020 In DGES, 2008).

Nesta comunicação da Comissão Europeia são dadas a conhecer, igualmente, algumas orientações para as Políticas do Emprego dos Estados-membros para a implementação da Estratégia Europa 2020, tais como: "Desenvolver uma mão-de-obra qualificada em resposta às necessidades do mercado de trabalho, e promover a aprendizagem ao longo da vida; Melhorar a qualidade e o desempenho dos sistemas de ensino e de formação a todos os níveis e aumentar a participação no ensino superior ou equivalente" (Estratégia Europa 2020 in DGES, 2008).

É neste contexto que, em 16 de Dezembro de 2008, o Parlamento Europeu e o Conselho instituem um programa de acção - Programa Aprendizagem ao Longo Vida - que virá a ser gerido pela Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo Vida. A agência intervém nos domínios da Educação, da Formação Profissional e do Ensino Superior e este programa visa contribuir para o desenvolvimento da UE enquanto sociedade do conhecimento favorecendo o crescimento de mais e melhores empregos, mais coesão social e proteção do ambiente (Programa Aprendizagem ao Longo Vida [PROALV], s.d., para.1-2). Este programa pretende, ainda, tornar os sistemas de ensino e

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

formação da Europa numa referência mundial de qualidade através da promoção de intercâmbios e cooperação, bem como, da mobilidade a nível europeu destes mesmos sistemas. De realçar que este programa iniciou a 1 de Janeiro de 2007 e terminará a 31 de Dezembro de 2013.

À disposição dos cidadãos europeus existem diferentes programas (PROALV, s.d.):

COMENIUS - pretende melhorar a qualidade da educação na dimensão europeia a nível do ensino (pré-escolar até ao secundário), dos estabelecimentos e organizações envolvendo todos os atores de atividade educativa;

ERASMUS - pretende apoiar a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior e contribuir para a inovação na UE. Através deste programa crê-se contribuir para reforçar a realização pessoal, a coesão social, a cidadania ativa e a cidadania europeia, aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida.

LEONARDO DA VINCI - pretende dar resposta às necessidades de ensino e aprendizagem de todos os intervenientes no ensino e formação profissionais (não avançado e não superior) e dos estabelecimentos e organizações que fornecem ou promovem esse ensino e formação. Os objetivos deste programa são a criação de formações para que os cidadãos possam aperfeiçoar os seus conhecimentos e competências e aumentem a possibilidade de trabalho e integração no mercado de trabalho europeu.

Por fim, o GRUNDTVIG - pretende melhorar a qualidade e reforçar a dimensão europeia da educação de adultos por intermédio da realização de atividades de cooperação a nível europeu. Este programa pretende colmatar as necessidades de ensino e de aprendizagem dos intervenientes em todas as formas de educação de adultos (formal, não formal e informal), assim como, dos estabelecimentos e organizações que as promovem.

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

Copyleft: Isabel Maria Esteves Filipe; Maria Teresa Peral Ribeiro

Cidadão, Cidadania Europeia e Cidadão Europeu - Alguns Conceitos

O que é ser Cidadão?

Segundo o dicionário *Priberam* da Língua Portuguesa (2013), *cidadão* é um indivíduo no gozo dos seus direitos civis e políticos de um estado livre.

Mais que isso ser cidadão significa envolver-se activamente na vida das comunidades, a todos os níveis. É um dever que nos advém também de viver num espaço civilizacional que nos salvaguarda direitos essenciais. Na UE, vivemos em estados de Direito, em democracias que respeitam e promovem os direitos humanos, combatendo a discriminação e defendendo a educação, a cultura, a iniciativa e o desenvolvimento sustentável, no seio de economias sociais de mercado.

Posto isto e reforçando não só os seus direitos mas também os deveres, compete a cada indivíduo trabalhar e contribuir para uma cidadania consciente.

O que é Cidadania Europeia?

A cidadania é uma união entre um indivíduo e uma entidade territorial e política. A cidadania europeia é assim um vínculo especial entre cada europeu e a UE, um laço que não substitui, mas antes complementa, as cidadanias nacionais (Freitas, 2013).

A cidadania europeia confere diversos direitos e deveres consagrados em tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais.

Este conceito surge com o Tratado de Maastricht em 1992 e com ele pretende-se uma Europa dos Cidadãos, uma Europa Social em vez de uma Europa de Negócios.

O que é ser Cidadão Europeu?

Ser cidadão europeu permite-nos agir, trabalhar, residir, estudar, ser voluntário, receber cuidados médicos, transferir direitos de segurança social, em todo o espaço europeu.

Para além disso, permite ainda votar e ser candidato a eleições europeias (e locais, mesmo fora do país de origem) e apresentar petições, reclamações e sugestões de toda a ordem.

Por outro lado, são deveres de um cidadão europeu: assumir a sua identidade europeia; aplicar na prática os valores europeus; reclamar o direito à justiça; em jeito de conclusão o conhecimento, a responsabilidade e a participação.

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

Não há dúvida que ser cidadão europeu implica conhecimento da realidade europeia e mais que tudo uma atitude crítica e construtiva. Podem e devem ter uma palavra a dizer nos processos de definição e decisão das políticas da UE.

Isto só é possível porque o Tratado de Lisboa introduziu o direito de iniciativa para os cidadãos da UE como meio de promover a participação de todos na tomada de decisões.

Não fique à espera – participe - seja agente de mudança!

O Animador Sociocultural no Espaço Europeu

Em 25 de maio de 1988 era assinada a Declaração da Sorbonne que - enquadrada no projeto europeu - pretendia acentuar o papel basilar das universidades no desenvolvimento das dimensões culturais e europeias e na criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES) (Declaração de Bolonha cit. in Neves, Azevedo, Crespo, Teodoro, Costa, Carvalho, Damásio, Abreu, Cavaco, Leite & Moutinho, 2005). Não sendo nosso objectivo explanarmos todo o processo que resultou da assinatura desta declaração e por todos já conhecido como Processo de Bolonha pretendemos apenas realçar que este processo veio permitir aos estudantes que frequentam o ensino superior e - no caso que nos interessa uma licenciatura em Animação Sociocultural (ASC) - a possibilidade de se deslocarem no EEES e desfrutarem de experiências académicas noutros países membros da UE. O programa ERASMUS tem sido demonstrativo daquilo que é aprender a viver com outras realidades socioculturais e que acabou por ser uma das formas de tornar exequível as premissas difundidas pela Declaração de Bolonha. Permitiu que muitos estudantes ampliassem largamente o seu campo de visão, crescessem a nível pessoal, desenvolvessem a sua autonomia, desenvolvessem competências linguísticas que não as da sua língua materna e aprendessem a viver e conviver com base nas diferenças e semelhanças entre pessoas. Essas experiências têm contribuído para que muitos estudantes e futuros profissionais não receiem encontrar uma oportunidade de trabalho no espaço europeu. O Animador Sociocultural de hoje, no nosso entender, ganhará em viver experiências como o ERASMUS (enquanto estudante) na medida em que poderá conhecer outras realidades e contextos académicos europeus, bem como, participar em programas como o GRUNDTVIG (já enquanto profissional ligado

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

à Educação de Adultos) onde poderá continuar a alargar os seus conhecimentos e trocar impressões com outros profissionais da área, conhecer outras formas de trabalho.

É de referir a existência de Programas de Estágios Internacionais integrados no programa Leonardo Da Vinci com diferentes objetivos mas pretendemos focar-nos num, em particular, o Projeto Scan, especificamente na área de Animação Sociocultural.

Este programa promovido pela associação juvenil Rota Jovem responsabiliza-se pela colocação de jovens em empresas e organizações noutros países (mobilidade) para realização de estágios profissionais. Este programa destina-se a jovens de nacionalidade portuguesa com idade compreendida entre 18 e 35 anos de idade, não-estudantes, que procurem emprego na área de Animação Sociocultural e/ou diplomados em áreas afins ou que procurem formação mais específica na área da animação com crianças, jovens, idosos e minorias sociais (Cidade das Profissões, s.d.; Rota Jovem, s.d.).

O Animador Sociocultural deverá estar integrado em projetos, programas ou iniciativas que promovam uma cidadania activa e europeia e que ajudem a alargar o conjunto de competências requeridas a um profissional que trabalha *para* e *com* as comunidades. A propósito de competências, cabe-nos lembrar que existe um perfil profissional desenhado para o técnico superior de Animação Sociocultural ao nível do 1º ciclo que contempla que este seja capaz de intervir em contextos diversificados, que aceite e valorize a diversidade, que seja autónomo (Morgado, 2006), ou seja, competências que já preveem um técnico versátil e multifacetado capaz de responder aos desafios e mudanças que a sociedade do século XXI transporta consigo. O Animador Sociocultural como agente educativo tem um papel importantíssimo no campo da Educação que nos remete para “os quatro pilares da educação” de Jacques Delors essencialmente quando nos lembra a importância do *aprender a viver junto* “a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas” (1996, p.77). O Animador Sociocultural como cidadão que atua não confinado aos limites do seu país e à sua realidade cultural, mas sim que atua num espaço europeu deve procurar desafiar-se de forma sustentada e alargar horizontes.

Consideramos que os factos complementam e sustentam teorias, como tal, partilhamos o testemunho de uma experiência de Erasmus por parte de uma Animadora Sociocultural:

“A minha experiência de Erasmus decorreu em Geel, na Bélgica, em 2009, estava

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

eu a frequentar o 2º semestre do 2º ano da licenciatura em Animação Sociocultural, na ESELx. Distingo esta experiência pelo impacto extremamente positivo que teve na minha vida. Conheci uma nova cultura (da região da Flandres, norte da Bélgica), uma nova língua (Dutch), contactei com muitas pessoas de outras nacionalidades e com a sua diversidade cultural. Tive oportunidades e experiências únicas, que me despertaram novas ideias, me fizeram crescer e definir a minha personalidade.

Compreendi que na Bélgica a Animação Sociocultural não existe conforme a entendemos. As áreas mais próximas são o “social work” (serviço social) e a “art education” (educação pela arte). A minha experiência combinou essas duas áreas, que na prática se revelam algo distantes da prática que desenvolve um animador sociocultural. Certa vez, houve necessidade de explicar a alguns professores, juntamente com as minhas colegas portuguesas, o que era a Animação Sociocultural, e perceber um interesse e curiosidade crescentes nas suas perguntas. Esta experiência continua a influenciar o meu dia-a-dia de animadora sociocultural.

Considero, por isso, que a Animação Sociocultural enfrenta ainda os desafios de uma homogeneidade europeia quanto à sua definição e atuação” (Filipa Estevão de Carvalho, 2013).

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções

O termo «Animação Sociocultural» surge pela primeira vez em 1950 numa reunião organizada pela UNESCO em Modesse (Áustria) onde se remetia para a ideia de atividade em grupo (Masó, Curós, Berñe, Garcia, Lladó & Florenza, 2012; Ventosa, 2002), sendo ainda consensual que França terá sido o país pioneiro da ASC (Ventosa, 2002). Esta informação faz-nos lembrar que a Europa estará intimamente ligada à génese da ASC e que em 1962 o Conselho da Europa cria o Conselho para a Cooperação Cultural (CCC) a partir do qual em 1976 se realizou a Primeira Conferência de Ministros Europeus responsáveis pela Cultura, em Oslo com o propósito de se aprovarem algumas diretrizes sobre uma política de Animação (Ventosa, 2002). Desta conferência surgiram algumas recomendações, das quais destacamos duas por considerarmos as mais pertinentes de

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

acordo com o tema abordado:

“Promover intercambios de información sobre ASC a nivel local: «el estudio de los medios de establecer a nivel europeo un sistema de intercambios de información sobre proyectos de Animación Sociocultural y sobre las cuestiones que interesan a los responsables de la política cultural local»

Permitir la formación de animadores en el extranjero: «el estudio de los procedimientos para desenrollar los sistemas actuales que permitan a los trabajadores culturales y a sus animadores, así como a sus formadores, recibir en el extranjero una parte de su formación» (Ventosa, 2002, p.72)

Partindo destas recomendações fará sentido argumentarmos que, efetivamente, os Animadores Socioculturais do século XXI deverão estar melhor preparados para se conhecerem a si próprios e aos outros sendo, para isso, importante que promovam as “relações internacionais e a aproximação entre povos” (Cf. Artigo 12º, alínea L do Estatuto do Animador Sociocultural, 2010,p.7).

Consideramos importante que o Animador Sociocultural aprenda e domine a língua inglesa numa era de globalização, dado que, esta é a língua internacional e de comunicação em todo o mundo. Este domínio permitir-lhe-á movimentar-se melhor no espaço europeu.

Importa também que este técnico se envolva e participe em eventos internacionais por forma a conhecer outros projetos de Animação Sociocultural que alarguem o seu nível de conhecimentos e que lhe permita partilhar com os seus pares diferentes formas e modelos de intervenção. A experiência noutros países da UE (seja a nível académico, em voluntariado ou em termos profissionais) contribuirá para que o animador adquira uma visão transnacional da Animação Sociocultural.

Revela-se, de todo, importante para os trabalhadores sociais inserirem-se em projetos de intercâmbio internacional "conhecer, aprender e desenvolver competências pedagógicas com dimensão europeia atrav(ê)s do encontro com outras culturas profissionais." (Clube Intercultural Europeu [CIE], 2013). O Clube Intercultural Europeu é um ótimo exemplo de associação sociocultural portuguesa determinada em contribuir para o desenvolvimento pessoal e/ou desenvolvimento social de grupos sociais e indivíduos através de atividades apoiadas em projetos coletivos de animação socioeducativa, sociocultural e social

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

cooperando com alguns Centres d'Entraînement aux Méthodes d'Education Active (Centros de Formação aos Métodos de Educação Ativa) - CEMEA localizados em França. Estes Centros estão ligados à mobilidade internacional e procuram promover nos indivíduos o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e cidadãs (Ceméa, 2007). A parceria existente entre o CIE e alguns CEMEA (CEMEA Aquitaine; CEMEA Nord-Pas-de-Calais e CEMEA Rhône-Alpes) tem permitido o intercâmbio de jovens, nomeadamente, pequenos grupos de nacionalidade francesa. Estes grupos vêm a Portugal por pequenos períodos de tempo vivenciar formações baseadas em partilhas de práticas intra-europeias, com pedagogias ativas e metodos de “Educação Nova” (CIE, s.d.). Durante essa estadia trabalham em projetos com o apoio a visitas de estruturas parceiras, participação em cafés pedagógicos e *workshops* de partilha de práticas. A participação de jovens europeus neste tipo de formações proporcionadas pelo CIE-CEMEA, contribuem para que estes possam vir a integrar-se numa rede europeia de parceiros e que se repliquem os projetos de intercâmbio e de formação profissional (CIE, s.d.).

A título de exemplo, no dia 21 de outubro de 2013 realizou-se na Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx) o 7º Encontro Temático de Animação Sociocultural, sob o tema “Animação Sociocultural – Mobilidade e Formação”, sendo que, este encontro está integrado num projeto trilateral (França, Alemanha e Portugal) intitulado “Pedagogia de Intervenção social e Animação na Europa – Descoberta, imersão e partilha de práticas pedagógicas em volta da animação e da intervenção social em Lisboa, Berlim e Bordéus”, uma formação organizada pelo Clube Intercultural Europeu, o Teatro Ibisco – Teatro Inter Bairros para a Inclusão Social e a ESELx, em parceria com os CEMÉA Aquitaine e o Centro Francês de Berlim.

Esta formação decorre em Lisboa entre os dias 19 e 26 de outubro de 2013 e conta com informação sobre animação linguística; cafés pedagógicos com profissionais; conferência sobre as potencialidades e os desafios da animação com especialistas; *role plays* e aprendizagem de técnicas diretas de intervenção com diferentes públicos; bolsa de projetos; descoberta cultural.

O 7.º encontro temático contou com um painel de intervenções relativas a projetos de mobilidade e formação na Animação Sociocultural; 6 *workshops* de construção de

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

fantoches; ensino de danças tradicionais portuguesas; acolhimento de estagiários; preparação e acompanhamento de estagiários; a arte como prática inclusiva; e, mediação, animação e comunidade. Após as conclusões do encontro, os participantes assistiram à peça de teatro “Mukur Mukur”, pelo Teatro Ibisco.

E porque estamos na era digital, os animadores socioculturais poderão ainda inscrever-se e ligar-se a plataformas colaborativas virtuais a nível europeu como é caso da European Network of Animation (ENOA). Esta rede virtual procura promover o intercâmbio internacional e ajudar os seus membros a desenvolver a capacidade de análise de situações deficitárias no tecido social promovendo o desenvolvimento social através do recurso a técnicas de Animação e trabalho de Rua:

“Animation as an interactive method (gives us the possibility) to improve the ability of individuals for creativity, communication and mobility and to integrate their competences (into happenings). Streetwork is a method giving us the possibility to bring back public spaces to the public, to give chances for social participation and interaction, and to give the institutionalized art back to the streets and bring people and neighbours in this way together.”
(ENOA, s.d., 2007)

Esta plataforma de diálogo intercultural apoia-se em acções de educação e formação, projetos e tem como um dos seus objetivos maiores a criação da European House of Animation (Casa Europeia de Animação) com o intuito de criar um "teto" europeu comum onde se possam debater ideias de carácter prático sobre Animação e Trabalho de Rua.

No nosso entender consideramos que um Animador Sociocultural será um técnico mais completo se, como cidadão europeu, acompanhar a evolução das políticas europeias e compreender o funcionamento da União Europeia; se procurar saber mais sobre projetos de Animação Sociocultural na Europa. Acreditamos que se tornará num profissional mais apto a exercer a sua cidadania, bem como, a estimular, sensibilizar e mobilizar outros cidadãos através da sua intervenção. O verdadeiro Animador Sociocultural só realiza a sua missão se contribuir para a transformação de mentalidades e esse objetivo passará por informar os grupos com quem intervém, lembrá-los de que devem exercer uma plena cidadania conhecendo os seus direitos e os seus deveres. O Animador Sociocultural deverá, contudo, adotar um pensamento crítico e reflexivo quando se revê numa

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

cidadania europeia.

Apesar das vantagens dos programas/iniciativas de mobilidade e formação europeus há que ter uma visão crítica acerca da má utilização ou abuso destas iniciativas por parte das empresas e entidades.

Neste contexto menos positivo, poderemos dar o exemplo dos estágios profissionais, que segundo o *II Relatório para a Cidadania Europeia (2013)*, apresentado por Nathalie Stocwell da Comissão Europeia, que tem por base a própria experiência dos cidadãos, não existe um documento referencial europeu que direcione a base estrutural da sua aplicação. Isto faz com que, quer em território nacional, quer em todo o espaço europeu, ainda existam instituições acolhedoras que se aproveitam, colocando os interesses económicos em prol da qualidade exigida, colocando estagiários totalmente desenquadrados da sua área originária inclusive auferindo de salários também eles desajustados.

Como forma de explanar, em contexto prático, o conceito de cidadania europeia aliado à Animação Sociocultural, recolhemos alguns testemunhos que nos dão alguns pontos positivos/negativos de experiências em ERASMUS.

Estes são os pontos para a discussão e reflexão daquilo que a Animação Sociocultural ainda tem de percorrer, desafios que tem de enfrentar para se fazer valer, seja em território nacional, seja em território europeu ou mesmo mundial.

Considerações finais

A sociedade é constituída por pessoas, como tal, não é estanque mas sim um organismo vivo e em constante mutação. Esta característica torna as profissões sociais (como a ASC) alvo da necessidade de novas direções, novas reflexões, novos desafios, novos contributos científicos que acompanhem a rápida mudança em tempos de globalização. Urge que a classe de Animadores Socioculturais deixe pistas para futuras reflexões, aponte direções e trace planos de ação que consolidem a profissão.

Torna-se pertinente criar um trabalho em rede que permita criação de espaços entendidos como laboratórios de trabalho que ajudem a fundamentar a Animação Sociocultural e que fomentem, segundo Ventosa (2012, p.352) “novos perfis profissionais e novas

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

especialidades (...) consolidando o seu desenvolvimento profissional, científico e formativo.”

E porque não pensarmos, em conjunto, em novas competências a requerer ao Animador Sociocultural que, como cidadão português, como cidadão europeu comprometido com uma cidadania ativa e com todos os direitos e deveres consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000), deva adaptar-se às circunstâncias de uma Europa do século XXI?

Ao participar de forma consciente e assertiva, unidos por uma força social em que o principal objetivo é mover atitudes, ações participativas com conhecimento, será que não conseguiremos agir de forma a alterar o pensamento e saber acerca do que realmente nos compete enquanto cidadãos europeus e profissionais da Animação Sociocultural?

Fica o repto para que todos nós Animadores Socioculturais neste Congresso e futuramente em outros encontros se unam com todas as forças e motivações enquanto agentes sociais, no sentido de que remando *ao sabor da mesma maré*, com toda a certeza, obteremos resultados em prol de uma comunidade mais justa, mais integrada, mais informada e mais igualitária.

Referências bibliográficas

Agência Nacional PROALV - Programa Aprendizagem ao Longo da Vida (s.d.). *Apresentação*. Recuperado a 10 de setembro, 2013 em <http://pt-europa.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID={dc70d9a9-9b4b-4db0-8a52-38a940502c78}>

Apdasc (2010). *Estatuto Do Animador Sociocultural - artigo 12º Deveres profissionais*. Recuperado a 20 de setembro, 2013, de http://www.apdasc.com/pdf/estatuto_animador_socioculturall.pdf

Cémea (2007). *Les Ceméa qu'est-ce que c'est ?*. Recuperado a 19 de outubro, 2013 de <http://www.cemea.asso.fr/spip.php?article950>

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

Cidadão in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Recuperado a 18 de outubro, 2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/cidadão>

Cidade das Profissões (s.d.). *Programa SCAN*. Recuperado a 22 de outubro de 2013, de <http://cdp.portodigital.pt/estagios/programas-de-estagios-internacionais-1/programa-anima>

Clube Intercultural Europeu (s.d.). *As actividades e as novidades do Clube Intercultural Europeu*. Recuperado a 19 de outubro, 2013 de <http://clubeinterculturaleuropeu.wordpress.com/>

Comissão Europeia (2012). *Compreender as políticas da União Europeia-Como funciona a União Europeia*. Recuperado a 10 de setembro, 2013 em https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000051475&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA

Conselho Europeu de Lisboa (2000). *Conclusões da presidência Conselho europeu de lisboa 23 – 24 de março de 2000*. Recuperado a 10 de setembro, 2013 em
– <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000003888/documento/0001/>

Delors, J. (coord) (1996). *Educação, um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO* -. Porto: Edições ASA

Direção Geral do Ensino Superior [DGES] (2008). *Estratégia de Lisboa*. Recuperado a 10 de setembro, 2013 em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uniao%20Europeia/Estrategia%20Europa+2020/Estrategia+Lisboa.htm>

Direção Geral do Ensino Superior [DGES] (2008). *Estratégia Europa 2020*. Recuperado a 10 de setembro, 2013 em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uniao%20Europeia/Estrategia%20Europa+2020/>

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

EuroNews (2013). *Sou cidadão europeu e agora?* Recuperado a 21 de outubro de 2013, de http://www.youtube.com/watch?v=4_Hnh7XKg4E#t=60

European Network of Animation (2007). *ENOA presentation*. Recuperado a 10 de setembro, 2013, em <http://enoa.ro/home/-network/>

Freitas, F. (2013). *Mais cidadão*. Recuperado a 15 de setembro de 2013, de http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informe_a/publicacoes/brochura_mais_cidadao_2013_pt.pdf

Giddens, A. (2002, 3ª ed.) *Sociologia*. Lisboa : Fundação Gulbenkian (cap. 3 – Um mundo em mudança, pp. 50-78).

Jornal Oficial das Comunidades Europeias (2000). *Carta dos Direitos Fundamentais*. Recuperado a 20 de setembro, 2013, de http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf

Masó, P (coord.); Curós, J.; Berñe, M.; Garcia, M.; Lladó, A. & Florenza, A. (2012). *La animación sociocultural - Una estrategia para el desarrollo y el empoderamiento de comunidades*. Barcelona: Editorial UOC

Morgado, L. (2006). Proposta para a formação dos diplomados em Animação sócio-cultural no âmbito do Processo de Bolonha In *Relatório Ciências da Educação* (pp. 14-20). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Neves, F., Azevedo, S., Crespo, V., Teodoro, A., Costa, J., Carvalho, A. et.al.(2005). *Quem tem medo da “Declaração de Bolonha”?*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas

Rota Jovem (s.d.). *Estágios Leonardo Da Vinci*. Recuperado a 22 de outubro de 2013, de <http://home.rotajovem.com/estaacutegios-internacionais.html>

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.

União Europeia (s.d.). *A história da União Europeia*. Recuperado a 10 de setembro, 2013, de http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm

União Europeia (s.d.). *Tratados da UE*. Recuperado a 10 de setembro, 2013, de http://europa.eu/eu-law/treaties/index_pt.htm

Ventosa, V.(2002). *Fuentes de la animación sociocultural en Europa*. Madrid: Editorial CCS

Ventosa, V. (2012). Animação Sociocultural e as redes: uma perspetiva internacional a partir da rede iberoamericana de Animação Sociocultural In Cebolo, C., Pereira, J. e Lopes, M. (coord) (2012). *Animação Sociocultural: Intervenção e Educação Comunitária: Democracia, Cidadania e Participação*. Chaves: Intervenção.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Esteves, Isabel Maria; Peral Ribeiro, Maria Teresa ; (2014); Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.; en <http://quadernsanimacio.net> ; nº 19, enero de 2014; ISSN: 1698-4404

Desafios à profissão de Animador Sociocultural no Espaço Europeu: reflexões e possíveis direções.